

ENFERMAR E SUBLIMAR, PSICANÁLISE E FILOSOFIA CRÍTICA*

Equacionaremos aqui algumas linhas gerais por que se deverá orientar, na nossa opinião, uma contribuição adequada e oportuna, e ao mesmo tempo fecunda e efectiva, da psicanálise de Sigmund Freud (1856-1939) e de Jacques Lacan (1901-1981) relativamente a uma filosofia crítica centrada na comunicação e na tecnologia. Desde logo, para que tal contribuição tenha as qualidades que pretendemos, é necessário que não seja uma contribuição psicanalítica no pleno sentido “anti-filosófico” do termo¹. Uma contribuição plenamente psicanalítica, com efeito, não poderia ser na filosofia, e para a filosofia, senão uma contribuição *equivocada*. Pensamos nisto ao constatar a mais ou menos injusta caracterização do plenamente psicanalítico, em diversos campos da filosofia contemporânea, como o que implica, em cada um destes campos, o estéril ou o inútil, o inadequado ou o inoportuno: o “desnaturalizador” em Jaspers², o “erróneo” e “idolátrico do corpo” em Alain³, o “realista-determinista-geneticista” em Ricœur⁴, o “irrefutável” e “verificacionista” em Popper⁵, o “mitológico” em Wittgenstein⁶, o “não-confirmado” e “não-justificado” em Grünbaum⁷, o “ôntico” em Henry⁸, etc.

* Artigo elaborado no âmbito do Gabinete Informal de Filosofia Crítica (Comunicação e Tecnologia) do Instituto de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

¹ Lacan, J. “Peut-être à Vincennes” (1975), in *Autres écrits*, Paris, Seuil, 2001, pp. 314-315. Ver também: Regnault, F. “La antifilosofia según Lacan”, in *El arte según Lacan*, Eólia, Barcelona, 1995, pp. 35-36.

² Jaspers, K. *Die geistige Situation der Zeit* (1932), Walter de Gruyter, Berlín, 1979, p. 145.

³ Alain, *Éléments de philosophie* (1941), Paris, Gallimard, 1963, p. 150.

⁴ Ricœur, P. *Philosophie de la volonté* (1950), le volontaire et l’involontaire, Paris, Aubier, 1988, pp. 361-384.

⁵ Popper, K. 1956. *Realism and the Aim of Science* (1956), Rowman and Littlefield, Totowa, 1983, pp. 163-172.

⁶ Wittgenstein, L. *Leçons et conversations* (1966), J. Faune (trad.), Paris, Gallimard, 1971, p. 105.

⁷ Grünbaum, A. *Les fondements de la psychanalyse: une critique philosophique* (1984), J.-C. Dumoncel (trad.), Paris, PUF, 1996, pp. 410-411.

⁸ Henry, M. *Généalogie de la psychanalyse, le commencement perdu* (1983), Paris, PUF, 1985, pp. 347-348.

Ainda que não possa pertencer a um “sistema fechado como a filosofia”⁹, nem ser formulada nos termos do “filósofo”¹⁰, nem “combater” na sua “frente” filosófica¹¹, a contribuição da psicanálise para a filosofia, em acordo com o nosso ponto de vista – contrário ao de Grünbaum¹² e consonante com o de Ricœur¹³ –, deverá ser uma contribuição filosófica. Isto quer dizer que deverá tratar-se duma contribuição que assuma as exigências metodológicas ideais tacitamente pressupostas por qualquer filosofia que se preze de o ser: a sua liberdade e desembaraço na reflexão, a vulnerabilidade e irresolução das suas convicções, o imperativo do questionamento permanente de si mesma, a desconfiança vigilante perante as suas próprias ideias, a proscrição de qualquer fanatismo doutrinário, a sua carência ou escassez de princípios dogmáticos incontroversos, a sua máxima consideração das argumentações e demonstrações estritamente racionais, e a transitoriedade irremediável das suas conclusões – o que, tudo somado, nos leva muito para além do “método céptico” recomendado por Kant¹⁴.

Como condições de qualquer criticismo filosófico – oposto por definição e já desde Kant ao dogmatismo¹⁵ –, as exigências anti-dogmáticas que se acabam de mencionar, nas quais residirá o valor crítico subjacente à filosofia em geral, serão particularmente válidas no campo de uma filosofia expressamente crítica. Neste campo, ainda mais do que noutros, a psicanálise de Freud e Lacan, para intervir da melhor maneira, não deverá intervir senão como mais um ponto de vista, resistindo à tentação de usurpar os restantes pontos de vista e de arrogar para si um monopólio absoluto sobre a crítica. Com efeito, só reconhecendo que o seu poder crítico é tão limitado como qualquer outro, estando restringido pelo carácter irremediavelmente parcial da sua perspectiva e por aquilo que ao ser criticado atentaria contra as próprias bases da sua crítica, poderá a psicanálise freudiano-lacaniana revelar alguns horizontes críticos insuspeitos e sem precedentes na crítica filosófica.

1. A COISA E UMA COISA, O REAL E O IMAGINÁRIO

Começaremos por duas ideias clássicas, pressupostos implícitos de quase todo e qualquer sistema gnoseológico idealista ou racionalista – pelo menos desde Platão¹⁶ até Leibniz¹⁷ – e bastante discutidas no realismo, no empirismo e no sensualismo – pelo menos desde Aristóteles¹⁸ até Condillac¹⁹:

⁹ Freud, S. “Psychanalyse et théorie de la libido”, in *Résultats, idées, problèmes*, Paris, PUF, 1985, II, p. 72.

¹⁰ Lacan, J. *Les quatre concepts fondamentaux de la psychanalyse* (1964), Paris, Seuil, 1990, 02.01.64, p. 22.

¹¹ Lacan, J. “Réponses à des étudiants en philosophie” (1966), in *Autres écrits*, op. cit., p. 204.

¹² Grünbaum, A. *Les fondements de la psychanalyse: une critique philosophique* (1984), op. cit., pp. 1-133.

¹³ Ricœur, P. *De l'interprétation, essai sur Freud*, Paris, Seuil, 1965, pp. 337-476(???)

¹⁴ Kant, E. *Logique* (1800), L. Guillemit (trad.), Paris, Vrin, 1989, I, X, pp. 94-95.

¹⁵ Kant, E. *Critique de la raison pure* (1781-1787), A. Tremesaygues y B. Pacaud (trad.), Paris, PUF, 2001, A, p. 87; B, II, pp. 1357-1358.

¹⁶ Platón, *Fedón*, 78d-79d; *República*, 509d-511e, 601a-603d; *Sofista*, 263d-258b.

¹⁷ Leibniz, G. W. *Nouveaux essais sur l'entendement humain* (1704), Paris, GF-Flammarion, 1990, IV, IV, pp. 308-312; *Théodicée* (1710), Paris, Aubier, 1962, pp. 386-387; *Principes de la philosophie ou monadologie* (1714), Paris, PUF, 1954, XIV, p. 77.

¹⁸ Aristóteles, *Metafísica*, 980a-982a, 990a-993b.

¹⁹ Condillac, E. *Les monades* (1748), Grenoble, Millon, 1994, pp. 133-157; *Traité des sensations* (1754), Genève, Slatkine, 1970, pp. 3-40, 44-45, 306-307.

a) No que diz respeito à percepção – no sentido leibniziano do termo –, *algo só pode aceitar-se como real quando tem uma razão de ser em si mesmo, seja quando percebe, quando é ou tem percepção, seja quando é perceptível sem ser dependente da percepção alheia que o percebe* – quando não precisa de uma percepção alheia para ser o que é, quando está em condições de ser o que é ainda que não seja percebido, quando é aquilo que é através das diferentes percepções que lhe têm acesso.

b) No que diz respeito à mesma percepção, *algo não pode aceitar-se como real, mas somente como imaginário, quando não tem uma razão de ser em si mesmo, quando é algo dependente da percepção alheia que o percebe* – algo que necessita de uma percepção alheia para ser o que é, algo que deixa de ser quando já não é percebido, algo que se modifica em função das diferentes percepções que lhe têm acesso.

Reside nestas duas premissas, tão arbitrárias como aparentemente razoáveis, o nosso único ponto de contacto com um certo sentido comum. Sobre tal ponto repousa, de modo instável, uma oposição conceptual que devemos introduzir desde já: “a Coisa”, com maiúscula e pronome definido, é real, enquanto “uma coisa”, com minúscula e pronome indefinido, é imaginária²⁰. A Coisa, como o *que está em causa*²¹, é pois algo perceptor ou perceptível, mas com a sua razão de ser em si mesmo e com um ser independente da percepção alheia. Por seu lado, uma coisa, enquanto *algo que está em causa*, é dependente de uma percepção alheia que aparece como a sua razão de ser²². Isto significa que uma coisa pode ser uma numa percepção e outra noutra percepção. Pelo contrário, a Coisa, como elemento “constante”²³ ou “permanente”²⁴ que se mantém “idêntico a si mesmo” em toda e qualquer percepção²⁵, é invariavelmente aquilo que é, “a mesma” que é e “no mesmo lugar” que é, “repetindo-se” através de todas e de cada uma das suas percepções²⁶: aquelas que percebe ou aquelas que a percebem ou ainda aquelas com as quais se percebe²⁷.

²⁰ A partir da distinção freudiana entre *Ding* e *Sache*, a distinção lacaniana entre a Coisa (*la Chose*) e uma coisa (*une chose*), tal como é introduzida no seu seminário em finais da década de cinquenta, distingue respectivamente: o próprio e o comum, o uno e o múltiplo, o singular e o plural, o assunto em questão e *um* assunto em questão, o centro do todo e o que gira à volta do centro, o real e uma realidade, o indeterminado e algo determinado pela percepção, o absoluto e algo relativo ao observador, o ausente e o presente, a mãe e as demais mulheres, o proibido e o permitido, aquilo que está perdido e aquilo que se encontra, o inobjectivável e o objectivado, a totalidade exterior e uma parte escolhida dentro da totalidade, o substituído e um substituto criado pela palavra, o oculto pelo imaginário e o representado no imaginário, etc. [Lacan, J. *L'éthique de la psychanalyse* (1959-1960), Paris, Seuil, 1986, 09.12.59, pp. 58-59; 16.12.59, pp. 71-85; 20.01.59, p. 122; 27.01.60, pp. 142-143. *Le moment de conclure* (1977-1978), 09.05.78, inédito].

²¹ Etimologicamente, a “coisa” (o mesmo que a “chose” no francês de Lacan) provém do latim jurídico “causa”: motivo de um debate ou objecto de um litígio. O termo alemão “Ding” (empregue por Freud) tem uma origem etimológica análoga: o “thing” saxónico (que deu lugar ao mesmo “thing” no inglês actual), entendia-se antigamente como objecto de uma assembleia ou motivo de uma deliberação.

²² Lacan, J. *L'éthique de la psychanalyse* (1959-1960), *op. cit.*, 09.12.59, pp. 55-66. *Le transfert* (1960-1961), Paris, Seuil, 2001, 16.11.60, p. 101.

²³ Freud, S. 1895. “Entwurf einer Psychologie”, en G.W., Frankfurt, Fischer Verlag, 1987, p. 473.

²⁴ *Ibid.*, p. 426.

²⁵ *Ibid.*, p. 423.

²⁶ Lacan, J. *L'éthique de la psychanalyse* (1959-1960), *op. cit.*, 16.12.59, p. 85; 23.12.59, pp. 91-93.

²⁷ Diferentemente da Coisa, que é *única* e *absoluta*, uma coisa é *relativa*, sendo indissociável da sua percepção – ou sendo pela sua relação com esta percepção –, e é também *comum*, sendo

Para ser aceite como a *Coisa*, uma coisa não deve deixar de ser o que é através de todas e de cada uma das suas percepções – sendo cada uma destas “sinónima” das demais, como diria Merleau-Ponty²⁸. Perguntar-se-á então: existe alguma coisa que possa, segundo este critério, ser aceite como a Coisa? Dado que não somos profetas e que mesmo que o fossemos dificilmente poderíamos prever todas as nossas percepções futuras, se respondêssemos afirmativamente a esta questão ver-nos-íamos condenados, para sempre, ao angustiante temor de que alguma percepção imprevista nos refutasse. Ainda que seja apenas para não nos angustiarmos, convém pois responder negativamente e resignarmo-nos ao facto evidente de que não parece haver, à nossa volta, uma única coisa que percebamos e que possa ser aceite como a Coisa, isto é, como a Coisa real, independente da nossa percepção, a mesma em todas e em cada uma das nossas percepções. Para além do seu poder ansiolítico, tal circunstância verifica a primeira condição lógica da definição conceptual de que partimos, confirmando que para poder ser o que é, *a Coisa* real, sendo real e tendo a sua razão de ser em si mesma, não deve ser necessariamente, para nós, uma coisa percebida entre outras, não devendo encontrar-se aqui, à nossa volta, entre elas.

Indo agora mais além das condições lógicas da nossa definição conceptual, notemos que não somente a Coisa *não deverá encontrar-se aqui*, como *deverá não encontrar-se aqui*, *não podendo encontrar-se aqui*²⁹. Entendemos isto facilmente ao considerar que o meu aqui foi e será o meu acolá e é já o vosso ali, pelo que, uma coisa determinada, sendo aqui, é também percebida como sendo acolá ou ali, não sendo então, como a Coisa, a mesma que é (a que é aqui) e no mesmo lugar em que é (aqui) através de todas e de cada uma das suas percepções: nas quais, por estar acolá ou ali, *é a que é* lá ou ali, sem que seja possível distinguir, na percepção, entre a essência e o estado em que se encontra uma coisa.

Devendo ser a mesma em todas e em cada uma das suas percepções, a Coisa não poderá ser “assimilada” *pela* sensibilidade³⁰, na qual não haverá nada sentido que seja o mesmo em todas e em cada uma das sensações que produza. Se a Coisa não pode *estar* assim “em” nenhuma *sensação*³¹, é precisamente porque *será* a Coisa mesma *da sensibilidade*: a sua condição problemática, a sua condição de possibilidade, a sua própria possibilidade. Correspondendo a esta possibilidade, a Coisa é caracterizada por Freud como uma “possibilidade de novas sensações”³², o qual retoma explicitamente a

tão-somente uma entre outras coisas relativas a diferentes percepções – tendo em comum, com estas outras coisas, a mesma natureza de coisa e o mesmo nome de “coisa”. É por isso que escrevemos o nome de “uma coisa” com minúscula, por ser um nome comum aplicado a diferentes coisas, e é por isso também que a antecedemos de um artigo indefinido, por não definir, como algo absoluto, o que permanece indefinido – sendo relativa, na sua definição, a cada percepção. Correlativamente, se se escreve o nome de “a Coisa” com maiúscula e artigo definido, isso acontece porque se trata de um nome próprio aplicado a uma só coisa, a Coisa, a única – definida como tal, absolutamente, de forma definitiva.

²⁸ Merleau-Ponty, M. *Phénoménologie de la perception* (1945), Paris, Gallimard, 1996, p. 373.

²⁹ Lacan, J. *L'éthique de la psychanalyse* (1959-1960), *op. cit.*, 16.12.59, pp. 78-83.

³⁰ Freud, S. 1895. “Entwurf einer Psychologie”, *op. cit.*, p. 452.

³¹ Cf. Hamilton, W. *Lectures on Metaphysics and Logic* (1859), Edimburgo, Mangel & Veith, 1860, 2, p. 129.

³² Freud, S. *Zur Auffassung der Aphasien* (1891), Frankfurt, Fischer Taschenbuch, 1992, p. 122.

“Possibilidade Permanente de Sensação” de Mill³³. Ainda que não seja mais do que uma simples “aparência”, e ainda que não resulte senão de uma simples “indução” a partir das “sensações actuais”, uma simples indução da “possibilidade” de outras “sensações contingentes”³⁴, a Coisa da sensibilidade não deixa por isso de ser a “possibilidade eterna das coisas”³⁵ – das *coisas imaginárias*, das coisas *na* sensação ou percebidas *pela* sensibilidade, entendidas como correlatos variáveis e instáveis, múltiplos e relativos, das sensações actuais e contingentes.

Se não podemos perceber a Coisa na sua possibilidade e muito menos na sua realidade³⁶, isso acontece porque a Coisa corresponde a tal possibilidade e condiciona toda a realidade³⁷. Se não podemos perceber a Coisa ao nosso redor, nem *nas* sensações actuais que captamos, nem *nas* sensações contingentes que inferimos, é porque a Coisa não pode actualizar-se nem cair na contingência, devendo necessariamente, para além de toda a actualidade e aquém de toda a contingência, permanecer fixa em si mesma, na sua razão de ser, como numa possibilidade permanente, invariável e estável, única e absoluta, da qual brota a contingência das coisas³⁸. No entanto, não há nada de fixo em si mesmo à nossa volta. Não há nada que se mantenha suspenso na sua possibilidade ou na sua potência, para lá da sua actualidade, para cá da sua contingência. Não há nenhuma identidade permanente, invariável e estável, única e absoluta. Não há nada imóvel, mas tudo se move, oscila entre a sua contingência e a sua actualidade: ao interagir relativiza-se e multiplica-se, pulverizando-se, até formar este remoinho de coisas de que somos o único centro, o vórtice absoluto, a possibilidade permanente.

2. O SUJEITO E O OBJECTO, O SIMBÓLICO E O IMAGINÁRIO

Identifiquemo-nos e designemos cada um de nós como “sujeito”³⁹. Uma vez identificado e designado este sujeito que é cada um de nós, resta situá-lo no centro imóvel, permanente, único e absoluto, de tudo aquilo que é comum, relativo, e que se move e gira em torno dele. Nesse centro, ele mantém-se imóvel em todos os seus movimentos, permanecendo aqui, onde está, em Eleia, movendo-se imóvel na companhia de Zenão⁴⁰. Com esta bem conhecida revolução copernicana, ao pôr o sujeito aqui, no “centro” do seu “mundo”⁴¹, ele terá sido colocado no “lugar central” da Coisa⁴²: o do

³³ Mill, J.-S. *An Examination of Sir William Hamilton's Philosophy* (1865), Toronto, University of Toronto, 1979, XI, p. 184.

³⁴ *Ibid.*, pp. 178-185.

³⁵ Leibniz, G. W. *Nouveaux essais sur l'entendement humain* (1704), op. cit., IV, 4, p. 309.

³⁶ Kant, E. *Critique de la raison pure* (1781-1787), op. cit., B, I, II, III pp. 228-229.

³⁷ *Ibid.*, B, I, II, III, p. 226-227.

³⁸ De coisas que necessitam, para se mostrarem como coisas, da sua contingência e não somente da sua actualidade: da sua presença nas sensações contingentes inferidas e não somente da sua presença nas sensações actuais percebidas [Mill, J.-S. *An Examination of Sir William Hamilton's Philosophy* (1865), op. cit., XI, p. 179].

³⁹ “Sujeito”, no singular, já que como quem percebe, como quem capta ou infere, ninguém pode verdadeiramente colocar-se na pele do outro; não há aí uma dimensão de “sujeitos”, no plural.

⁴⁰ Zenón de Elea. “Fragments”, in *Les présocratiques*, J.-P. Dumont (trad.), Paris, Gallimard, 1988, p. 292.

⁴¹ Lacan, J. *L'éthique de la psychanalyse* (1959-1960), op. cit., 23.12.59, p. 88.

⁴² *Ibid.*, 27.01.60, p. 143.

“coração do mundo subjectivo”⁴³, o da presença “em torno” da qual giram todas as “representações”⁴⁴. Todas elas, tudo o que o sujeito chegue a perceber, a captar ou a inferir à sua volta, tudo isso aparecerá como um torvelinho heraclitiano imaginário. Já o sujeito, que vê pelo olho eleático do torvelinho, esse deverá considerar-se como não imaginário: como “real”⁴⁵.

Situado no centro único e absoluto de tudo quanto existe à sua volta, o sujeito foi colocado no lugar da Coisa. Este lugar é digno dele, digno de quem não é de nenhum modo uma coisa imaginária, digno de quem se mostra independente da percepção. Ora, se o sujeito se mostra independente da percepção, não é porque ele se percebe como o *mesmo* através de todas e de cada uma das distintas e sucessivas percepções – distantes no tempo e no espaço – que parecem dar-lhe acesso a si mesmo⁴⁶, mas porque não é nunca *ele mesmo* o que é percebido através de tais percepções: porque sendo ele quem percebe, sendo ele quem acede através das suas percepções, forçosamente não pode ser ele aquilo a que acede, não podendo ser ele aquilo a que lhe dão acesso as percepções através das quais acede⁴⁷.

Se o sujeito é independente em relação à percepção, isso acontece pela simples razão de que nenhuma percepção tem acesso a ele como *percipiens* ou como perceptor⁴⁸. Não sendo percebido como tal, como perceptor, através de nenhuma das suas percepções, o sujeito aparece com um valor negativo, como algo *irreal* ou *irrealizável*: como o imperceptível que falta na percepção, como o que resiste a ser objectivado pela sensibilidade, como o que não se deixa captar nem sequer inferir, como o que escapa para lá da sensação actual e para cá da sensação contingente. Por conseguinte, ainda que o sujeito não seja imaginário, por não ser *algo* dependente da percepção de *alguém*, não será por isso algo positivamente real. No entanto, claramente sensível ou perceptor como a “coisa que pensa”, como a coisa “que concebe” e “que sente” ou que percebe, que capta ou que infere⁴⁹, o nosso “sujeito transcendental” será digno de ocupar o lugar da Coisa real⁵⁰. Será digno de ocupar este lugar, mas este lugar, já “esvaziado” por Descartes⁵¹ e desde então “vazio” por definição⁵², permanecerá vazio.

⁴³ *Ibid.*, 23.12.59, p. 87.

⁴⁴ *Ibid.*, 09.12.59, pp. 72-73.

⁴⁵ *Ibid.*, 20.01.60, p. 122.

⁴⁶ Crer nisto seria cair nos paralogismos psicológicos, ou *anti-psicanalíticos*, da “personalidade” e da “idealidade da relação exterior”, já refutados por Kant [*Critique de la raison pure* (1781-1787), *op. cit.*, B, II, II, 3-4, pp. 293-307].

⁴⁷ Por ser *antes de* todas e de cada uma das suas percepções, o sujeito, como Coisa, não poderá ser ele mesmo *ante* a percepção, ou *depois* dela, não podendo perceber o que o precede, não podendo então perceber-se a si mesmo, não podendo ser, pois, em nenhuma percepção, mas sim devendo preceder toda a percepção, devendo preceder por isso toda a *sensação* – como percepção precedida por um sujeito sensível a ela –, dado que será ele mesmo, como sujeito, a Coisa mesma da sensibilidade, a Possibilidade Permanente de Sensação, como possibilidade eterna das coisas imaginárias.

⁴⁸ Nenhuma percepção tem acesso ao sujeito como perceptor, ou como quem percebe, não havendo nenhuma que o veja, que o perceba como o vidente que é, ou como *quem* percebe, percebendo-o somente como o não-vidente que ele não é, ou como aquilo *que* é percebido.

⁴⁹ Descartes, R. *Méditations métaphysiques* (1640), Paris, Garnier-Flammarion, 1979, II, pp. 84-87.

⁵⁰ Cf. Kant, E. *Critique de la raison pure* (1781-1787), *op. cit.*, B, II, II, p. 281.

⁵¹ Lacan, J. *R.S.I.* (1974-1975), 17.12.74, inédito.

⁵² Regnault, F. “Ex nihilo”, in *Quarto*, Bruxelles, N°40-41, 1990, p. 11.

O sujeito que o ocupará, com efeito, não será uma substância real ou imaginariamente substancial que o possa preencher⁵³.

Carecendo de substancialidade real ou imaginária, o sujeito que ocupará o vazio da Coisa não terá senão uma substância insubstancial, lógica ou racional, categorial ou conceptual, que nos merecerá o qualificativo de “simbólica”⁵⁴ – simbólica *em relação* com o real, como símbolo do real, e *em contraste* com o imaginário, como não-imaginário⁵⁵. Nesta substância nervosa estruturada, *sensível* ou *significante*, residirá a percepção do sujeito⁵⁶. Por um lado, como substância *sensível*, será ela que captará as sensações actuais e inferirá as sensações contingentes. Por outro lado, como substância *significante*, será ela que significará o que se conhece tradicionalmente como sujeito: o que está à sua volta, o seu mundo subjectivo substancial, o qual, significado, será percebido tal como tenha sido significado⁵⁷.

Preenchendo sem preencher o vazio da Coisa, a substância insubstancial do sujeito como *percipiens*, como consciência ou como entidade simbólica perceptora, sensível ou significante, permanecerá imperceptível ou inconsciente, não podendo ser nem sentida nem significada. Terá que ser pressuposta ou conhecida indirectamente pelos seus efeitos, o mais notável dos quais será o *perceptum*, quer dizer, o percebido, o captado e o inferido: o sentido, o significado, o conhecido, o consciente. Entretanto, não se poderá percebê-la directamente, não se podendo reduzir à condição de percebido o que não se define senão como percepção, como perceptor ou como causa transcendental do percebido – não se podendo “conhecer como objecto aquilo mesmo que se deve supor para conhecer em geral um objecto”⁵⁸.

Como *eu* de um *Cogito* reduzido ao seu valor simbólico – o único valor que tem –, como *eu* de um “eu penso que deve poder acompanhar todas as minhas representações” ou todas as significações dos meus juízos, *eu*, na minha condição de perceptor ou de sujeito, *de consciência ou de inconsciente*, não posso estar incluído nas *minhas* representações *conscientes* ou nas significações dos meus juízos⁵⁹. As minhas representações não podem ser *minhas*, ou pertencerem-me, a não ser na condição de que eu como significante, significando-as ou percebendo-as ou representando-as para mim mesmo, não me inclua entre elas. Ora, ainda que eu (*je*) não me signifique nem me perceba nem me inclua entre as minhas representações, não deixo de poder significar, perceber e representar-me, como eu (*moi*), uma representação objectiva e imaginária

⁵³ Como Kant nos demonstra na sua crítica do primeiro paralogismo da psicologia pura [Critique de la raison pure (1781-1787), op. cit., B, II, II, 1, pp. 282-284].

⁵⁴ Lacan, J. “Fonction et champ de la parole et du langage” (1953), en *Écrits*, Paris, Seuil, 1999, I, pp. 317-319.

⁵⁵ A distinção lacaniana entre o simbólico e o imaginário pode ser aqui descrita, provisoriamente, como uma distinção entre duas maneiras de representar o real: artificial e natural, diferente e semelhante ao representado, independente e dependente do representado, representante e representativa, activa e passiva, determinante e determinada, significante e significada, expressando e sendo expressada, subjectiva e objectiva, etc.

⁵⁶ Lacan, J. “Du traitement possible de la psychose” (1958), in *Écrits*, op. cit., II, pp. 10-19.

⁵⁷ Cf. Miller, J.-A. “La logique du perçu”, in Cahier, Quimper, 1995, N°5, pp. 6-8.

⁵⁸ Kant, E. Critique de la raison pure (1781-1787), op. cit., B, II, II, pp. 324-325.

⁵⁹ Ibid., A, I, I, II, 16, pp. 110-113.

do que sou⁶⁰. O que não poderei nem significar nem perceber nem representar para mim mesmo será a minha presença subjectiva, como eu (*je*), uma vez que nesse caso me faltaria outro eu subjectivo (*je*) para significá-lo: para perceber o eu subjectivo (*je*) entre as minhas representações⁶¹.

Não podendo ser *consciente* de si mesmo, o sujeito pode unicamente ser *consciência inconsciente*. Não podendo significar-se ou *ter* uma significação, o sujeito pode unicamente significar ou *ser* um significante⁶². Não podendo *perceber-se* ou *representar-se* a si mesmo na sua percepção, o sujeito pode unicamente *presenciar-se* ou *apresentar-se* a si mesmo na sua presença que percebe. Tal presença significativa, como consciência inconsciente ou imperceptível para si mesma, apenas pode *presenciar-se* a si mesma quando é consciente ou sensível, ao perceber, como aquilo que percebe ou significa – presenciando-se assim mediante a sua “apercepção transcendental”, apercepção essa que, sendo transcendental, deve preceder a percepção, a representação, a significação⁶³.

Percebendo, sendo quem percebe, perceptor por definição, o sujeito, ainda que podendo apresentar-se e presenciar-se como perceptor, não poderá perceber-se nem representar-se a si mesmo como tal. Deverá, pelo contrário, afastar-se como tal, como “presença” e sujeito (como *je*), do percebido e representado como si mesmo (como *moi*)⁶⁴. Afastando-se assim de si mesmo, terá que des-subjectivar o si mesmo percebido, volvendo-o um objecto de percepção: uma coisa imaginária da qual possa ser consciente⁶⁵. Face à tal substância imaginária fenomenal que velará o vazio, o vazio que se estende “ao exterior da esfera dos fenómenos”⁶⁶, a substância insubstancial simbólica do sujeito encherá sem encher o mesmo vazio, não podendo ser consciente, objectivada ou representada sem deixar de ser o que é: pura presença, pura consciência, inconsciente e subjectiva⁶⁷.

A substância insubstancial do sujeito encherá sem encher o vazio da Coisa. Este vazio persistirá, portanto, no sujeito, na sua própria substância, na sua consciência, na sua presença inconsciente e subjectiva: no seu interior, no seu lugar, no lugar preciso que ocupa no espaço. Neste lugar, em carne própria, o sujeito haverá de ressentir-se, em cada momento, do vazio que não conseguir preencher. De facto, tal vazio não será um vazio alheio ao sujeito, mas sim o *seu* vazio, o de um significante sem significado, o de uma carência-de-ser que o habitará: vazio que será experimentado por si mesmo como o mais íntimo da sua pessoa, como a sua Coisa ou como a sua Causa, como o

⁶⁰ Lacan, J. “L’agressivité en psychanalyse” (1948), in *Écrits*, op. cit., I, pp. 116-117. *Le moi dans la théorie de Freud et dans la technique de la psychanalyse* (1954-1955), Paris, Seuil, 2001, 17.11.54, pp. 16-18.

⁶¹ Lacan, J. “Remarque sur le rapport de Daniel Lagache” (1958), in *Écrits*, op. cit., II, pp. 140-153.

⁶² Lacan, J. “Position de l’inconscient” (1960), in *Écrits*, op. cit., II, p. 315. *Le transfert* (1960-1961), op. cit., 12.04.61, p. 273. “Maurice Merleau-Ponty” (1961), in *Autres écrits*, op. cit., p. 182.

⁶³ Kant, E. *Critique de la raison pure* (1781-1787), op. cit., B, I, I, II, III, p. 121.

⁶⁴ Lacan, J. “Fonction et champ de la parole et du langage” (1953), in *Écrits*, op. cit., I, p. 302.

⁶⁵ Lacan, J. *Les écrits techniques de Freud* (1954-1955), Paris, Seuil, 1998, 07.07.54, p. 429. “La chose freudienne” (1955), in *Écrits*, op. cit., I, pp. 417-422.

⁶⁶ Kant, E. *Critique de la raison pure* (1781-1787), op. cit., B, I, II, III p. 229.

⁶⁷ Lacan, J. *Le moi dans la théorie de Freud* (1954-1955), op. cit., 17.11.54, pp. 17-18; 25.05.55, pp. 334-339.

seu próprio desejo (daquilo que preencheria o vazio), quer dizer, como as suas próprias aspirações – que traduzem as forças aspirantes próprias de todo o vazio⁶⁸.

Para satisfazer o seu desejo, o sujeito não disporá, nas suas vãs ilusões de plenitude, senão da substância imaginária dos objectos conscientes que representa, que percebe, capta ou infere. Entre tais objectos, ele mesmo estará – ele mesmo como representação imaginária (*moi*) da presença real do seu eu (*je*) –, crendo, na sua ingenuidade, poder preencher o seu vazio, poder encher-se a si mesmo de si mesmo⁶⁹, poder unir-se ao que deve afastar de si, poder confundir-se com o objecto do qual se deve separar como sujeito⁷⁰.

Dado que não poderão preencher o vazio deixado no sujeito pela Coisa, os objectos percebidos, entre eles o eu (*moi*) substancial e individual, não deixarão de provocar o desejo do sujeito. Não deixarão de provocar este desejo, nem sequer quando o sujeito os *tiver*: quando, ao tê-los, já não teria que os desejar, pois já não deveria desejar ter os objectos que já teria. No entanto, ainda que possua estes objectos imaginários, o sujeito continuará a desejá-los... Por que razão? Precisamente porque os objectos não serão senão imaginários, porque não apresentarão o que representem para ele, porque não poderão pois satisfazer, de nenhum modo, o seu desejo, não podendo preencher o vazio da Coisa, não podendo preencher o vazio interno do sujeito, mas somente “velá-lo” ou “mascará-lo”⁷¹ e “capturar o desejo na armadilha do seu vazio”⁷².

Os objectos percebidos não serão o que parecerão ser. Não preencherão o que prometerão preencher. Em consequência, o desejo do sujeito, não sendo satisfeito por eles, *não sendo eles*, deverá segui-los desejando ainda que os *tenha*⁷³. É exactamente isso o que acontece com os objectos concretos e abstractos amados pelo sujeito – desde as mais impuras mulheres até às mais puras ideias, passando pelos ídolos religiosos, as obras de arte, as invenções científicas e os princípios morais. É também o que acontece com o objecto que surge, sobre a superfície do espelho, perante um sujeito que não deixa de pretender objectivar-se a si mesmo. Esse objecto, como qualquer outro objecto amado, não consegue nunca satisfazer o sujeito: não consegue jamais coincidir com ele⁷⁴. É por isso, porque se deve “desconhecer” nele, que o sujeito pode seguir “aspirando” a ele – como “eu-ideal” da sua pessoa⁷⁵.

⁶⁸ Lacan, J. “Remarque sur le rapport de Daniel Lagache” (1958), *op. cit.*, pp. 132-133. “Position de l’inconscient” (1960), in *Écrits, op. cit.*, II, pp. 315-324.

⁶⁹ Lacan, J. “Remarque sur le rapport de Daniel Lagache” (1958), *op. cit.*, II, p. 146.

⁷⁰ Nesta crença, pela qual o eu (*je*) do nosso sujeito, que não é nem objectivo nem tampouco imaginário, crê poder preencher o seu vazio com a substância imaginária de um “eu” (*moi*) que “não se distingue dos demais objectos de intuição”, residirá o “paralogismo da substancialidade” criticado por Kant [*Critique de la raison pure* (1781-1787), *op. cit.*, B, II, II, 1, p. 284]. Na crença derivada, em que o nosso próprio sujeito se considerará a si mesmo como um *indivíduo*, por não se *dividir* ou separar ou diferenciar-se da substância imaginária e objectiva de um eu (*moi*) com o qual se “representa” o seu próprio eu (*je*) como algo simples ou individual, residirá o “paralogismo da simplicidade” também criticado por Kant [*Ibid.*, B, II, II, 2, pp. 285-292].

⁷¹ Lacan, J. *La relation d’objet* (1956-1957), Paris, Seuil, 1994, 30.01.57, p. 155; 05.06.57, p. 356. *Le transfert* (1960-1961), *op. cit.*, 28.06.61, p. 463.

⁷² Lacan, J. “La psychanalyse et son enseignement”, in *Écrits, op. cit.*, I, p. 449.

⁷³ Freud, S. *Abrégé de psychanalyse* (1938), Paris, PUF, A. Bertran (trad.), 1940, p. 59. “Résultats, idées, problèmes” (1938), Altounian, J. (trad.), in Résultats, idées, problèmes, *op. cit.*, II, p. 287.

⁷⁴ Lacan, J. “Le stade du miroir” (1949), in *Écrits, op. cit.*, I, pp. 93-94.

⁷⁵ Lacan, J. “Remarque sur le rapport de Daniel Lagache” (1958), *op. cit.*, II, pp. 145-149.

3. ENFERMIDADE MENTAL E SUBLIMAÇÃO, INDIVÍDUO E SOCIEDADE

Chegámos à distinção entre a presença ou a consciência do sujeito inconsciente, simbólico, único e absoluto, no vazio da Coisa, e os objectos representacionais conscientes, imaginários, múltiplos, comuns e relativos, num mundo repleto de coisas que nos rodeiam, que rodeiam o sujeito, que rodeiam o vazio da Coisa.

Quando não se trate de um produto incerto da especulação, e sim de uma situação confirmada em concreto, a distinção que se acaba de estabelecer, tal como a estabelecemos, comportará uma experiência patológica fundamental. Nesta experiência, o sujeito permanecerá no vazio da Coisa. É aqui onde terá de surgir o sintoma como “significante”⁷⁶: apercepção transcendental de um sujeito, como significante, que se presencia, como tal, no seu próprio vazio – apercepção do simbólico no real, apercepção anterior ao imaginário (anterior a toda a percepção, representação ou significação).

No sintoma como apercepção transcendental, o sujeito pode *presenciar-se* a si mesmo na sua “relação” com o “significante”⁷⁷. Presenciando esta “relação patética” entre a sua insubstancial substância simbólica, puramente significante, e o seu vazio real, o de uma Coisa que não pode ser significada⁷⁸, o sujeito, na “desagregação” da unidade substancial imaginária do seu eu (*moi*)⁷⁹, experimenta directamente a incidência ou o “efeito” do “simbólico no real”⁸⁰: efeito indissociável de uma irrupção do real no simbólico subjectivo, como revelação de um real oculto, mas “com sentido” na sua revelação, que talvez nunca se revele tão claramente, e com tanto sentido, como na enfermidade mental⁸¹.

Admitamos pois, como regra geral, que na enfermidade mental o sujeito é dignamente mantido no vazio da Coisa. Em contraste com esta situação anti-social – na qual basta um único sujeito para se manter a si mesmo no seu lugar –, temos a situação social em que será o objecto que se vê indignamente “elevado à dignidade da Coisa”⁸² – num árduo movimento, árduo porque indigno, para o qual se requer a força da sociedade inteira. Tal elevação, que designamos por *sublimação*, consegue proteger o sujeito, mediante a sua “dessubjectivação”⁸³, da experiência patológica na qual se assume, com a sua apercepção transcendental, como o que é: como o centro de tudo o que gira à sua volta. Já o objecto sublimado, tal como é percebido, mostra-se *como o que não é*: como a Coisa da Possibilidade Permanente de Sensação. Aparecendo assim como algo “próprio a um emprego supra-sensível possível” com o qual “a imaginação afasta” os “limites da sensibilidade”⁸⁴, o objecto sublimado, elevado à dignidade do sublime kantiano, mostra-se: por um lado, “matematicamente”, como o “absolutamente

⁷⁶ Lacan, J. “Fonction et champ de la parole et du langage en psychanalyse” (1953), *op. cit.*, p. 279. “La chose freudienne” (1955), *op. cit.*, p. 415.

⁷⁷ Lacan, J. “Situation de la psychanalyse en 1956” (1956), in *Écrits*, *op. cit.*, I, p. 465.

⁷⁸ Lacan, J. *L'éthique de la psychanalyse* (1959-1960), *op. cit.*, 09.12.59, pp. 66-70.

⁷⁹ Lacan, J. “La chose freudienne” (1955), *op. cit.*, p. 424.

⁸⁰ Lacan, J. *R.S.I.* (1974-1975), 10.12.74, inédito.

⁸¹ Lacan, J. *L'insu que sait de l'une-bévue s'aile à mourre* (1976-1977), 15.03.77, inédito.

⁸² Lacan, J. *L'éthique de la psychanalyse* (1959-1960), *op. cit.*, 20.01.60, p. 133.

⁸³ Lacan, J. *La relation d'objet* (1956-1957), *op. cit.*, 03.07.57, pp. 433-435.

⁸⁴ Kant, E. *Critique de la faculté de juger* (1790), A. Renaut (trad.), Paris, Aubier, 1995, I, I, II, pp. 225-228, 249-259.

grande” que “desborda toda a medida dos sentidos”⁸⁵ e que promete preencher o vazio deixado pela Coisa; por outro lado, “dinamicamente”, como o que provoca o maior “temor” e a maior “atração”⁸⁶, prometendo satisfazer o desejo do sujeito – um desejo que nunca poderá ser satisfeito⁸⁷.

O sujeito põe as coisas imaginárias que percebe e objectiva, insatisfatórias e decepçantes, no lugar de uma Coisa real que só pode auto-aperceber-se. Com isso, o sujeito concentra-se na percepção dos objectos sublimados e deixa de lado a apercepção de si mesmo como sujeito. Curando-se assim da sua enfermidade *ao curar-se de si mesmo, ao curar-se da sua verdade*, o sujeito, *enganando-se*, deixa de ser o centro sintomático do universo e vê-se a girar à volta dos objectos que o rodeiam, como se fosse ele que os rodeasse, como se fossem eles o único centro das órbitas pelas quais se deverá agora mover – seguindo os caminhos trilhados que a sociedade lhe marcar.

Como produto da tradição, do consenso e do poder, o objecto sublimado é imposto ao sujeito socializado, fazendo-o sair do lugar da Coisa, da sua autística centralidade única e absoluta, e “extraviando-o”: pondo-o a girar, com os seus semelhantes, à volta de tudo o que não deixa por isso de girar à sua volta – ainda que só à sua volta como sujeito não-socializado⁸⁸. Evitando aqui “uma oposição fácil, e uma conciliação fácil, entre o indivíduo e o colectivo”⁸⁹, concebemos um sujeito *normal* ou socializado que gira com a sua percepção à volta de objectos sublimados, os quais, simultaneamente não-sublimados, giram à volta dele como sujeito enfermo de si mesmo: sujeito não socializado, não dessubjectivado, situado com a sua apercepção no lugar da Coisa. É assim que a enganadora normalidade objectiva e o imaginário social da sublimação começaram a operar, operando de seguida ao mesmo tempo que esse verdadeiro que não conseguiram suplantar e que se revela claramente pelos seus sintomas psicopatológicos⁹⁰: a esfera simbólica, a do sujeito, assim como o seu correlato real ou o lugar que ocupa, o lugar da Coisa⁹¹.

Detenhamo-nos no facto de que a sublimação porá em movimento, em acção e interacção, os sujeitos, fazendo-os girar em torno dos objectos sublimados. Notemos também que se não fosse pela sublimação, tais sujeitos permaneceriam imóveis e isolados entre si pela sua *enfermidade mental*, sendo a sublimação o que os faz coincidir numa mesma trajectória à volta de um mesmo objecto “socialmente valorizado”⁹². Considerando estas circunstâncias, a psico-patologia subjectiva e a psico-normalidade objectiva poderemos concebê-las também, respectivamente, a primeira como um *padecimento anti-social do sujeito perante si mesmo* e a segunda como uma *actividade social tecno-comunicante perante um objecto sublimado*. Tal actividade tecno-comu-

⁸⁵ *Ibid.*, pp. 229-242.

⁸⁶ *Ibid.*, pp. 242-249.

⁸⁷ É assim que o objecto, sendo sublimado, logra enganar o sujeito e ser desejado por ele, ainda que sem merecer este desejo: sem ser digno de um desejo que não se mantém aceso senão porque aquilo que não pode satisfazê-lo promete satisfazê-lo, pretende deste modo poder satisfazê-lo, sem o poder aniquilar ao satisfazê-lo.

⁸⁸ Lacan, J. *L'éthique de la psychanalyse* (1959-1960), *op. cit.*, 13.01.60, pp. 105-119.

⁸⁹ *Ibid.*, 13.01.60, p. 113.

⁹⁰ Lacan, J. “La psychanalyse et son enseignement” (1957), in *op. cit.*, I, p. 448.

⁹¹ Lacan, J. *L'éthique de la psychanalyse* (1959-1960), *op. cit.*, 30.03.60, pp. 225-239.

⁹² *Ibid.*, 13.01.60, pp. 113, 118-119.

nicante será a dos sujeitos postos em movimento pela sublimação. Girando à volta do objecto sublimado, esses sujeitos, para evitar segregações, quedas e colisões, deverão ter em conta, conciliar e obedecer a dois tipos de conduta diferentes: o primeiro em relação com o objecto em torno do qual estejam a girar, ao actuar sobre ele mediante a sua *acção técnica e tecnológica*⁹³; o segundo em relação com os outros sujeitos em companhia dos quais estejam a girar, ao interagir com eles mediante uma *interacção comunicante e comunicológica*⁹⁴.

4. RELAÇÕES ENTRE O SUJEITO E O VAZIO DA COISA

Antes de abordar os modos como um sujeito pode actuar sobre os objectos sublimados e interagir em relação com os demais sujeitos, descreveremos, no seu fundamento e na sua generalidade, as formas de relação com o vazio de que derivam aquelas formas sociais de acção e interacção, assim como as estruturas desadaptativas de padecimento anti-social a que correspondem as ditas formas.

Para descrever as formas de relação com o vazio da Coisa, devemos distinguir primeiro, logicamente, de acordo com a sua qualidade, alguns juízos que se podem emitir perante tal vazio. Tendo em comum o mesmo sujeito, ‘a Coisa’, tais juízos pressupõem a sua afirmação primordial, a *Bejahung* de Freud⁹⁵, que, afirmando que ‘a Coisa é’, substitui a Coisa pelo nome de ‘a Coisa’ – permitindo-nos assim passar do real ao simbólico judicativo⁹⁶. Como sujeito (S1), esse nome relacionar-se-á logo de uma maneira particular, conforme o juízo de que se trate, com o seu predicado (S2): com o Outro do Um, com o contrário do mesmo, com ‘o vazio’ da Coisa, com a “denegação” da sua afirmação primordial, isto é, com a *Verneinung* de Freud⁹⁷, com a definição de ‘a Coisa’ como “não-Coisa”⁹⁸ – resultante da própria simbolização da Coisa como ‘Coisa’⁹⁹, o símbolo substituindo-se à Coisa, matando-a¹⁰⁰, rasurando-a¹⁰¹.

Distingamos pois alguns juízos que se podem emitir perante o vazio da Coisa. Quando se reconhece este vazio, os juízos enunciam a Coisa e relacionam imediatamente a sua afirmação primordial com a sua denegação: ‘a Coisa é’ com ‘é o vazio’. Neste caso, teremos duas possibilidades alternativas: o juízo afirmativo e o negativo. No primeiro, afirmar-se-á simplesmente que ‘a Coisa é o vazio’, pensando o sujeito ‘a

⁹³ *Acção técnica e tecnológica: técnica*, no âmbito de uma arte ou ofício (*techné*), e *tecnológica*, obedecendo à razão (*logos*) de tal arte ou ofício.

⁹⁴ *Interacção comunicante e comunicológica: comunicante*, no âmbito de um “estar em relação” (*communicare*) com outros sujeitos, e *comunicológica*, obedecendo à razão (*logos*) de tal “estar em relação”.

⁹⁵ Freud, S. “Die Verneinung” (1925), in *Gesammelte Werke*, Frankfurt am Main, Fischer, 1976, XIV, p. 15.

⁹⁶ Lacan, J. “Réponse au commentaire de Jean Hyppolite sur la ‘Verneinung’ de Freud” (1954), in *Écrits, op. cit.*, I, pp. 380, 385-386.

⁹⁷ Uma vez que “pertence à pulsão de destruição”, esta *Verneinung* é indissociável, em Freud, de uma *Bejahung* que “pertence ao Eros” [“Die Verneinung” (1925), *op. cit.*, pp. 14-15].

⁹⁸ Lacan, J. *L'éthique de la psychanalyse* (1959-1960), *op. cit.*, 03.02.60, p. 163.

⁹⁹ *Ibid.*, 27.01.60, pp. 144-147.

¹⁰⁰ Lacan, J. “Fonction et champ de la parole et du langage en psychanalyse” (1953), *op. cit.*, I, p. 317.

¹⁰¹ Lacan, J. *L'identification* (1961-1962), 14.03.62, inédito.

Coisa' sob a esfera do predicado 'vazio', incorporando-se assim o sujeito no vazio e não somente o vazio no juízo. Pelo contrário, no juízo negativo, negar-se-á o que já se tenha reconhecido: negar-se-á que a Coisa é o vazio, julgando-se que 'a Coisa não é o vazio'. Poderá ocorrer também, desde logo, que se desconheça desde o princípio o vazio da Coisa. O sujeito emitirá então um juízo indefinido. Neste juízo, a Coisa não se relacionará com um vazio irreconhecível, mas sim com um *não-vazio*. O que se negará será o que se desconhece e não a sua relação com a Coisa: o objecto 'vazio' e não o verbo 'ser', o predicado e não a cópula entre o sujeito e o predicado – como no juízo negativo¹⁰². Nesta indefinição, convém considerar ainda três alternativas, de acordo com a modalidade lógica do juízo. Quando se desconhece a necessidade do vazio e se julga problemáticamente, como uma possibilidade, que 'a Coisa pode ser um não-vazio', não nos restará outro remédio que intentar favorecer – fortalecer ou estimular ou impulsionar – a primeira possibilidade, a do *não-vazio*, e intentar correlativamente reprimir – debilitar ou conter ou sufocar – a segunda possibilidade, a do *vazio*. Por outro lado, quando se julga assertoricamente, como uma realidade, que 'a Coisa é um não-vazio', evitando a evidente realidade do vazio, bastará então, no dia-a-dia ou na tradição, continuar a crer em *algo* e continuar a evitar o *vazio*. Finalmente, se alguém decide recusar a mera possibilidade do vazio, crendo saber apodicticamente, como uma necessidade, que 'a Coisa deve ser um não-vazio', então não serão suficientes nem a repressão de uma possibilidade nem a evitação de uma realidade: a necessidade, que se creê saber de ciência certa, será preciso demonstrá-la, e com isso excluir ou forcluir toda a realidade, possibilidade ou necessidade que a contradiga: toda a realidade, possibilidade ou necessidade do vazio.

Como já tivemos a oportunidade de constatar, cada um dos juízos perante o vazio da Coisa comporta uma forma específica de relação com o tal vazio: na sua afirmação, o vazio é incorporado; na sua negação, é negado; na sua indefinição problemática, é reprimido; na sua indefinição assertórica, é evitado; na sua indefinição apodíctica, é forcluído. Nestas variantes da relação judicativa da Coisa com o seu vazio (da *Bejahung* com a *Verneinung*), visamos um “*judiciarius* unificado”, já contemplado por Lacan¹⁰³, no qual podemos discernir, seguindo o “método” lacaniano de “redução simbólica”¹⁰⁴, cinco relações com o vazio já identificadas por Freud: a incorporação (*Einverleibung*)¹⁰⁵, a negação (*Verleugnung*)¹⁰⁶, a repressão (*Verdrängung*)¹⁰⁷, a evitação por deslocamento (*Verschiebung*)¹⁰⁸ e a forclusão (*Verwerfung*)¹⁰⁹. Examinaremos imediatamente como estas cinco relações, com as quais se defende o simbólico perante o real, darão lugar: por um lado, a cinco formas de patologia com que reage o real perante o simbólico;

¹⁰² Kant, E. *Logique* (1800), *op. cit.*, I, 2, pp. 113-114.

¹⁰³ Lacan, J. “Remarque sur le rapport de Daniel Lagache” (1958), *op. cit.*, II, p. 147.

¹⁰⁴ Lacan, J. “Le stade du miroir” (1949), in *Écrits*, *op. cit.*, I, p. 97.

¹⁰⁵ Freud, S. “Deuil et mélancolie” (1917), in *Métopsychoanalyse*, Paris, Gallimard, 1991, p. 157.

¹⁰⁶ Freud, S. “Fétichisme” (1927), in *Oeuvres complètes*, XVIII, R. Lainé (trad.), Paris, PUF, 1994, pp. 129-130.

¹⁰⁷ Freud, S. y Breuer, *Études sur l'hystérie* (1895), A. Berman (trad.), Paris, PUF, 1971, pp. 91, 96.

¹⁰⁸ Freud, S. “Actes obsédants et exercices religieux” (1907), in *Névrose, psychose et perversion*, D. Guérineau (trad.), Paris, PUF, 1974, p. 141.

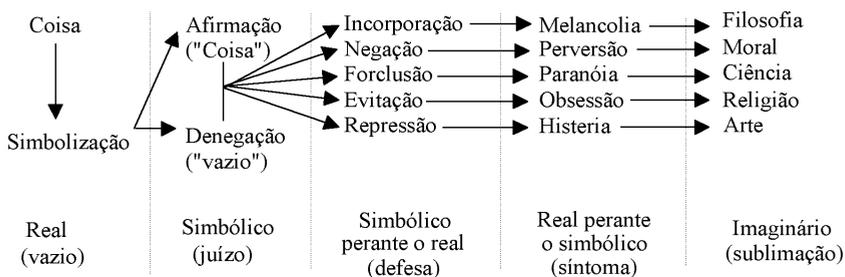
¹⁰⁹ Freud, S. “Les psychonévroses de défense”, in *Névrose, psychose et perversion*, *op. cit.*, p. 12.

por outro lado, a cinco formas de sublimação com que o imaginário se interpõe entre o real e o simbólico:

Depois de descrever logicamente as relações defensivas do simbólico perante o real, ou do sujeito perante o seu vazio, vamos agora descrevê-las fenomenologicamente:

a) *Repressão*. Julgando que a Coisa pode ser algo que não é o vazio, agarrando-me a esta possibilidade tão improvável – para não dizer impossível –, reprimo a inconcebível possibilidade contrária. É assim que sufoco o vazio da Coisa. Passo por alto a sua necessidade. Rodeio a sua realidade. Encerro esta realidade tanto em mim como no objecto com o qual me identifico, entretendo-me e entretendo-o, complicando-me e complicando-o, aperfeiçoando-me e aperfeiçoando-o, fortalecendo-me e fortalecendo-o. Faço isto apenas para dominar, com o objecto e comigo, nele e em mim, o vazio da Coisa. Pretendo assim dominá-lo ao reprimi-lo, ao moderar as minhas aspirações, ao suavizar e aplacar o meu desejo.

b) *Evitação*. Julgando que a Coisa é algo que não é o vazio, dando por certo este juízo incerto – para não dizer equivocado –, dando-o por bem sabido, aceitando-o como um dogma inquestionável e proibindo-me de contrastá-lo com o que percebo, cego-me perante a clara evidência do vazio da Coisa. Evito de maneira sistemática este vazio. Faço tudo para fintá-lo e afastá-lo. Realizo e repito e volto a repetir diversos deslocamentos que o esquivam, que o iludem, que o distanciam e me separam dele. Com tudo isto, o que procuro, em última instância, é ignorar a sua realidade, esquecer o meu desejo, fazer como se não existissem as minhas mais profundas aspirações



c) *Forclusão*. Julgando que a Coisa deve ser algo que não é o vazio, convencendo-me da veracidade e necessidade absoluta de tal regra temerária – para não dizer insensata –, considerando-a evidente para a minha percepção e para qualquer outra percepção, presumindo que a sua paladina existência resiste a qualquer intento de refutação, forcluo o vazio da Coisa, excluo-o absolutamente de mim, faço-o deixar de existir no meu próprio interior. Não creio já nem sequer na sua possibilidade. Não creio já nem na tentação do meu desejo, nem no risco das minhas aspirações, nem em tudo o mais que o vazio comporta dentro de mim. Estando seguro do que estou seguro, de que a Coisa é por necessidade este objecto denso e consistente que eu sou, não creio já em nada mais, tendo expulsado tudo o resto para o exterior do que sou.

d) *Negação*. Julgando que a Coisa não é o vazio, nego que a Coisa que não percebo seja o vazio que percebo. Nego assim o vazio que percebo. Nego-o ao reconhecê-lo porque o reconheço sem aceitá-lo. Devo então dividir-me para desconhecer o vazio quando o reconheço, para decidir que não o vejo quando comprovo que o vejo, para saber que sou o objecto que me preenche quando não me preencho como sujeito.

Devo dividir-me ao preencher o vazio que não deixo de ser, ao realizar e ao não realizar as minhas maiores aspirações, ao crer que satisfaço o meu desejo e ao saber simultaneamente que jamais o satisfarei.

e) *Incorporação*. Julgando que a Coisa é o vazio que percebo, aceitando este vazio ao reconhecê-lo, entrego-me definitivamente a ele. Aspirando a este vazio que aspira em mim, desejando este desejo com o qual desejo, incorporo este abismo ao qual me incorporo. Assimilo-me a ele ao assimilá-lo. Fundo-me e confundo-me com ele: comigo. Deixo-me cair em mim: nele. Enchendo-o de mim, encho-o do seu vazio. Consigo satisfazer assim o meu desejo no seu desejo. Realizo absolutamente a sua aspiração nas minhas aspirações.

Nas cinco formas através das quais me relaciono com o vazio da Coisa, este vazio, “o meu lugar” ou “a Coisa mais próxima”, não deixa nunca de ser o mesmo vazio no qual existo simbolicamente: o meu vazio, *real*, que não se distingue da Coisa real que lhe falta¹¹⁰. Não obstante, sendo evidentemente real quando a ele me incorporo e não menos real ainda que o negue, parece-me tão-só possivelmente real quando o reprimo, já efectivamente irreal quando evito a sua realidade, e até necessariamente irreal quando forluo esta mesma realidade. Assim, exceptuando a incorporação, nos outros casos resisto à ideia intolerável de que *o que está em causa*, a Coisa, pode ser apenas o vazio. Resisto assim à evidência do vazio, seja negando-a, seja mesmo aceitando – como possível ou como real ou como necessária – uma falsa evidência que a contradiga.

5. AS ESTRUTURAS DESADAPTATIVAS DE PADECIMENTO ANTI-SOCIAL

Quer resista quer se resigne, o sujeito estará *condenado* a relacionar-se com o vazio da Coisa: com a falta, com o seu desejo e com a sua aspiração, mas também com a sua frustração, com a sua privação e com a sua castração; com a sua angústia ou com a sua nostalgia; com o luto, com a solidão ou com a morte; com o mistério, com o desconhecido e com o inexplicável; com o puramente significante ou com o carente de significado; etc. Reprimindo, evitando, forcluindo, negando ou incorporando o vazio experimentado nestas situações, o sujeito relacionar-se-á com o vazio da Coisa. A relação estabelecida, repitamo-lo, poderá ser passiva ou activa. De cada vez que for passiva, patética ou passional, às cinco relações defensivas atrás expostas deverão corresponder, na psicopatologia subjectiva, as seguintes estruturas desadaptativas de padecimento anti-social do sujeito perante si mesmo:

a) *Histérica*. Para impedir que o seu vazio chegue a ser o que pode ser, o histérico reprime-o ao domar o seu desejo. Reprimindo-o com habilidade, encurralando-o, aprisionando-o e amarrando-o entre complicados “rodeios”¹¹¹ e “intrigas refinadas”¹¹², contendo-o ao abraçá-lo e ao “realizar o seu desejo” num “compromisso” entre o “reprimido” e o “repressivo”¹¹³, o histérico afogará o seu vazio em si mesmo, estreitá-lo-á entre os seus membros e as suas entranhas, rodeá-lo-á com o seu próprio corpo. To-

¹¹⁰ Lacan, J. “Remarque sur le rapport de Daniel Lagache” (1960), *op. cit.*, p. 156.

¹¹¹ Lacan, J. “Le stade du miroir” (1949), *op. cit.*, I, p. 97.

¹¹² Lacan, J. “Fonction et champ de la parole et du langage” (1953), in *Écrits*, *op. cit.*, I, p. 301.

¹¹³ Freud, S. “Lettres à W. Fliess” (1895-1899), en *La naissance de la psychanalyse*, *op. cit.*, 19.02.99., p. 246.

davia, tal corpo denunciará, mediante as suas conversões, que o sujeito não consegue nem harmonizar nem aplacar, e muito menos extinguir um “desejo” necessariamente “insatisfeito”¹¹⁴ – sendo-lhe impossível sufocar um vazio que não deixa de sugar dentro dele com a mesma força¹¹⁵.

b) *Obsessiva*. Para se persuadir de que o seu vazio não é, o obsessivo evita-o. Evitando-o no seu interior, afastando-o de si mesmo em si mesmo, confinando-o à “jaula do seu narcisismo”¹¹⁶, através de inumeráveis “processos isolantes”¹¹⁷, o sujeito leva-o consigo, escondido em si mesmo e apesar de si mesmo. Ainda que levando consigo o seu vazio, ainda que também precisamente por levá-lo consigo, este sujeito deve situá-lo no tempo e deslocá-lo no espaço, uma e outra vez, de maneira sintomática e sistematicamente ritualista e repetitiva. É deste modo que o obsessivo deve deter-se, em cada momento, ao longo da sua rotineira “metonímia” existencial: ao longo da recorrente localização e do recorrente “deslocamento” do seu “desejo impossível”¹¹⁸ e “proibido”¹¹⁹. Enfim, com a sua “espera” constante do sempre “deixado para mais tarde”¹²⁰, e com os seus incessantes movimentos que não param de “apagar” o vazio no qual “já se apagou a Coisa”¹²¹, o obsessivo demonstra que não logra nem esquecer o seu desejo nem renunciar às suas aspirações, sendo-lhe impossível ignorar um vazio que não deixa de vir ao seu encontro na “maior intimidade”¹²² – devendo esquivá-lo, afastar-se dele, pôr-se “noutro lugar” que ele e não deixar senão uma “sombra” no seu lugar¹²³.

c) *Paranóica*. Para demonstrar que o seu vazio não pode ser ou deve não ser, o paranóico terá que o ter forcluído. Terá que ter impedido retroactivamente a simbolização da Coisa¹²⁴, conjurando assim o vazio que resulta, “excluindo” este vazio, expelindo este “adentro primitivo”¹²⁵, exceptuando-o e omitindo-o do universo, recusando a sua “representação insuportável ao mesmo tempo que o seu afecto” – desalojando este afecto, o do desejo, e “comportando-se” como se “a representação”, a do vazio, não houvesse existido “jamais”¹²⁶. O sujeito terá desterrado assim de si mesmo o seu próprio vazio, o da sua própria substância simbólica, expulsando-o para o exterior e alienando-se com respeito a ele¹²⁷. Enfim, semelhante “abolição simbólica”¹²⁸ desencadeará o

¹¹⁴ Lacan, J. “Remarque sur le rapport de Daniel Lagache” (1960), *op. cit.*, p. 159.

¹¹⁵ Freud, S. 1895. “Entwurf einer Psychologie”(1895), *op. cit.*, 441-443. “Lettres à Wilhelm Fliess” (1895-1899), *op. cit.*, 24.01.97, p. 168; 02.05.97, p. 173-175; 25.05.97, 180-181.

¹¹⁶ Lacan, J. “Fonction et champ de la parole et du langage” (1953), *op. cit.*, I, p. 302.

¹¹⁷ Lacan, J. “Le stade du miroir” (1949), *op. cit.*, I, p. 97.

¹¹⁸ Freud, S. “Actes obsédants et exercices religieux” (1907), *op. cit.*, p. 141. Lacan, J. “L’instance de la lettre dans l’inconscient” (1957), in *Écrits*, *op. cit.*, I, p. 108. “La direction de la cure” (1958), in *Écrits*, *op. cit.*, II, p. 110. “Remarque sur le rapport de Daniel Lagache” (1960), *op. cit.*, p. 159.

¹¹⁹ Lacan, J. L’identification (1961-1962), 04.04.62, inédito.

¹²⁰ Lacan, J. “Fonction et champ de la parole et du langage” (1953), *op. cit.*, I, p. 312.

¹²¹ Lacan, J. L’identification (1961-1962), 14.03.62, inédito.

¹²² Lacan, J. “La direction de la cure” (1958), in *op. cit.*, II, p. 86.

¹²³ Lacan, J. “La psychanalyse et son enseignement” (1957), in *op. cit.*, I, p. 450.

¹²⁴ Lacan, J. *Les psychoses* (1955-1956), Paris, Seuil, 1981, 11.01.56, pp. 94-95.

¹²⁵ *Ibid.*, 15.02.56, p. 171.

¹²⁶ Freud, S. “Les psychonévroses de défense”, *op. cit.*, p. 12.

¹²⁷ Lacan, J. “Le stade du miroir” (1949), *op. cit.*, I, p. 97.

¹²⁸ Lacan, J. “Réponse au commentaire de Jean Hyppolite” (1954), *op. cit.*, I, pp. 384-385.

retorno do simbólico no real: o retorno sintomático do vazio “desde o exterior”¹²⁹, o seu regresso em direcção ao sujeito, a sua reaparição delirante como aquilo que deseja e aquilo ao qual aspira o perseguidor.

d) *Perversa*. Para se dar a ilusão de que o seu vazio não é o que é, o perverso haverá de o negar no próprio momento em que o percebe. Desconhecendo-o ao reconhecê-lo, “identificando-se” com o objecto que falta nele¹³⁰ e ao mesmo tempo experimentando-o como sujeito – numa “radical ambiguidade entre o sujeito e o objecto”¹³¹ –, o perverso é quem se divide ao fazer-se objecto e ao continuar a ser sujeito: ao preencher-se e ao permanecer vazio, ao realizar de modo simbólico e fantasmático as suas maiores aspirações e ao não realizá-las de modo real e efectivo¹³², ao crer que o seu fantasma pode satisfazer o seu desejo e ao constatar simultaneamente que tal fantasma “constitui-se” a partir “dos limites” que impõe a toda a satisfação na “proximidade da Coisa”¹³³. Deste modo, “cindido” entre duas “correntes da vida psíquica”¹³⁴, entre duas “atitudes opostas” e “independentes uma da outra”¹³⁵, o sujeito mantém duas convicções simultâneas: a de poder preencher o seu vazio com os objectos de perversão aos quais se identifica – terceiros ou fetiches ou animais ou excrementos ou cadáveres ou objectos de exibição ou pénis postiços ou pénis alheios ou instrumentos de tortura –, e a de continuar sempre vazio apesar de um objecto que não serve, como “condição absoluta do desejo”¹³⁶, senão para cobrir em vão o vazio que nele mesmo se descobre¹³⁷ – permitindo, no “paroxismo da perversão”, aceder a um “mais além” do fantasmático e imaginário¹³⁸.

e) *Melancólica*. Para confirmar que o seu vazio é o que é, o melancólico reincorpora-se a ele quando o percebe. Dado que não há nenhuma diferença entre o seu vazio e a sua pessoa, esta somente se pode “esvaziar”, ou “incorporar” o seu vazio, ao incorporar-se a si mesma ou ao incorporar o seu vazio: ao “identificar-se” com um “objecto perdido”, ao deixar-se morrer ou ao “suicidar-se”¹³⁹, ao “tornar-se” assim “um objecto abandonado” ao seu próprio “arbitrio”¹⁴⁰. Tornando-se assim um objecto abandonado ao seu próprio vazio, o melancólico acaba por desaparecer neste vazio, assimilando-se a ele por asfixia, “deixando-se cair” nele ao atirar-se pela janela¹⁴¹, fundindo-se e confundindo-se com ele numa cova debaixo de terra ou no fumo dos

¹²⁹ Freud, S. “Remarques psychanalytiques sur l’autobiographie d’un cas de paranoïa” (1911), P. Cotet y R. Lainé (trads.), in *Oeuvres complètes*, Paris, PUF, 1993, X, p. 294.

¹³⁰ Lacan, J. “Question préliminaire à tout traitement possible de la psychose”, in *Écrits, op. cit.*, II, pp. 32-33.

¹³¹ Lacan, J. *La relation d’objet* (1956-1957), *op. cit.*, 27.02.57, pp. 190-194.

¹³² Freud, S. 1938. “Le clivage du moi dans le processus de défense”, in *Résultats, idées, problèmes*, R. Lewinter et J.-B. Pontalis (trad.), *op. cit.*, II, pp. 283-286.

¹³³ Lacan, J. “Kant avec Sade” (1962), in *Écrits, op. cit.*, II, p. 265.

¹³⁴ Freud, S. “Fétichisme” (1927), *op. cit.*, pp. 129-130.

¹³⁵ Freud, S. *Abrégé de psychanalyse* (1938), *op. cit.*, p. 80.

¹³⁶ Lacan, J. “Remarque sur le rapport de Daniel Lagache” (1960), *op. cit.*, p. 159.

¹³⁷ Lacan, J. *La relation d’objet* (1956-1957), *op. cit.*, 30.01.57, pp. 155-157; 06.02.57, pp. 166-167.

¹³⁸ *Ibid.*, 19.12.56, p. 85.

¹³⁹ Freud, S. “Deuil et mélancolie” (1917), *op. cit.*, pp. 155-162.

¹⁴⁰ Kant, E. *Leçons d’éthique* (1780), L. Langlois (trad.), Paris, Le livre de poche, 1997, pp. 273-274.

¹⁴¹ Lacan, J. *L’angoisse* (1962-1963), Paris, Seuil, 2004, 16.01.63, p. 130.

incinerados, preenchendo-o com o seu cadáver, conseguindo satisfazer o seu desejo com a sua própria imolação, logrando realizar absolutamente as suas aspirações através da sua autodestruição – quando a causa do seu desejo, ou o vazio que aspira nele, o aspira, o “arrasta”, o faz atravessar o véu do objecto imaginário e precipitar-se dentro do seu próprio vazio¹⁴².

Constatamos que o vazio da Coisa vence invariavelmente o sujeito, não só quando é um abismo que o traga no suicídio melancólico, mas também quando é uma simples ausência que o desilude no fantasma perverso, um mistério que não deixa de o perseguir no delírio paranóico, uma falta que o atormenta no ritual obsessivo e uma ânsia que o conduz até ao fastio na somatização histórica. O vazio insondável da Coisa, com efeito, não aparece unicamente como essa límpida eternidade mortal para a qual se precipita o suicida que não resiste ao vazio na melancolia, mas aparece também como a falsa eternidade vital ou existencial, turva e oculta eternidade mortal, para a qual se precipitam os demais sujeitos que resistem ao vazio nas outras quatro estruturas desadaptativas: a eterna insaciabilidade em que se precipita o perverso, o eterno temor em que se precipita o paranóico, a eterna insegurança em que se precipita o obsessivo e a eterna insatisfação em que se precipita o histórico.

6. AS ESTRUTURAS ADAPTATIVAS DE ACTIVIDADE SOCIAL TECNO-COMUNICANTE

Quando o sujeito se relaciona com o mesmo lugar que ocupa, estamos perante alguma das estruturas desadaptativas que acabámos de diferenciar, cada uma das quais corresponde a uma forma distinta de relação passiva do enfermo com o seu próprio vazio. Pelo contrário, quando o sujeito se relaciona activamente com o lugar ocupado pelos objectos sublimados, as mesmas relações corresponderão, já não às anteriores estruturas de padecimento anti-social do sujeito perante si mesmo, mas às seguintes estruturas de actividade social tecno-comunicante ante um objecto elevado à dignidade da Coisa:

a) *Artística*. O vazio, cuja necessidade é aqui rejeitada, é “reprimido” pelo artista através da sua acção tecnológica, encerrando-o dentro de algo aparentemente possível que não é o vazio, enlaçando-o por entre os gestos do seu estilo, abraçando-o com a sua obra de arte, cingindo-o com tal “organização em redor do vazio”¹⁴³: contornando-o, capturando-o, contendo-o e retendo-o nesse objecto imaginário sublimado. Tendo sido moldado segundo o vazio ao qual se adapta, esse objecto, com toda a sua força expressiva, exterioriza de maneira *histórica*¹⁴⁴, na interacção comunicante, como foi possível sufocar o vazio de que a sua forma é o rasto. Para manter este rasto, para continuar a dar em *negativo* a forma estática ou dinâmica da obra, o vazio, com efeito, não deixa de aspirar e desejar dentro da criação – na sua perspectiva e por entre as suas dimensões e com os seus movimentos – com a mesma força com que desejava e aspirava no interior do seu criador¹⁴⁵.

¹⁴² *Ibid.*, 03.07.63, pp. 387-388.

¹⁴³ Lacan, J. *L'éthique de la psychanalyse* (1959-1960), *op. cit.*, 03.02.60, pp. 155-162.

¹⁴⁴ Freud, S. “*Lettres à Wilhelm Fliess*” (1895-1899), *op. cit.*, 31.05.97, p. 184. *Correspondance entre S. Zweig et S. Freud* (1920), G. Hauer et D. Plassard (trad.), Paris, Rivages, 1991, 19.10.20, p. 25.

¹⁴⁵ Regnault, F. 1993. “*L'art selon Lacan*”, in *Conférences d'esthétique lacanienne*, Paris, Agalma, 1997.

b) *Religiosa*. O vazio, cuja realidade é aqui rejeitada, o religioso “evita-o” com “respeito” na sua acção tecnológica, “deslocando-o” uma e outra vez mediante a sua transubstanciação nos sucessivos objectos imaginários, aparentemente reais, que parecem preencher a falta do criador na sua criação – do sangue ao vinho e do vinho ao cálice, do cálice ao sacrário e do sacrário ao edifício religioso, do edifício religioso à instituição religiosa¹⁴⁶. Estes deslocamentos levar- -se-ão a cabo de maneira obsessiva¹⁴⁷, ritualista e repetitiva, mediante incessantes movimentos de ocultação ou enigmatização – como os que dão lugar aos Sagrados Mistérios. Na interacção comunicante, semelhantes movimentos patenteiam que o sujeito não logra nunca esquecer o seu desejo nem renunciar às suas aspirações, sendo-lhe impossível ignorar o seu vazio: o do seu Deus em carne e osso – o mesmo no Santo Sepulcro que no interior do cálice ou da instituição religiosa. Tentador, este vazio não deixa de vir ao encontro do crente que deve a cada momento evitá-lo, afastá-lo e separar-se dele.

c) *Científica*. O vazio, cuja mera possibilidade é aqui rejeitada, o cientista, na sua “incredulidade”, haverá de “forcluí-lo” com a sua acção tecnológica. Omitindo o seu desejo e as suas aspirações de todo e qualquer conhecimento, excluindo o seu vazio de toda a investigação, o sujeito anula tudo o que é seu numa esfera objectiva rigorosamente dessubjectivada. Nesta esfera, o trono da verdade subjectiva é usurpado por um saber objectivo, demonstrado empiricamente, de algo aparentemente necessário que não tem já nada a ver com o vazio: com um vazio exilado para lá do horizonte da objectividade¹⁴⁸. Procedendo assim, o cientista pode desencadear, na sua interacção comunicante, um retorno *paranóico* do seu desejo e das suas aspirações: uma repatriação do sujeito, uma restituição da sua verdade, uma reparação do seu vazio que o olha no irredutivelmente objectivo – presença “enigmática” do observador no “termo da física”, por exemplo nas observações da física quântica¹⁴⁹.

d) *Moral*. O vazio, cuja realidade é aqui simultaneamente reconhecida e rejeitada, o moralista, com a sua acção tecnológica, terá que negá-lo no próprio momento em que o perceba. Tendo assim que negar o vazio que percebe, tendo que manter-se racionalmente insensível aos desejos e aspirações excitados pelos sentidos, o sujeito deverá separar-se de si mesmo: deverá cindir-se como convicção da sua percepção, do seu desejo e da sua aspiração. Deverá dividir-se ao convencer-se de que preenche com a sua convicção o que não pode perceber senão como vazio: ao persuadir-se de que satisfaz fantasmática e tecnologicamente – com uma legislação moral objectiva e universal – os desejos e as aspirações que não pode satisfazer na sua interacção comunicante, de modo real e efectivo – com acções morais intersubjectivas e particulares. Numa situação evidentemente *perversa*, num “masoquismo moral baseado num sentimento de

¹⁴⁶ Lacan, J. *L'éthique de la psychanalyse* (1959-1960), *op. cit.*, 03.02.60, pp. 155-157, 162.

¹⁴⁷ Freud, S. “Actes obsédants et exercices religieux” (1907), *op. cit.*, p. 141. *L'avenir d'une illusion* (1927), Paris, PUF, 1994, pp. 184-185. “Avant-propos à Theodor Reik, Problèmes de psychologie religieuse” (1919), in *Oeuvres complètes*, XV, A. Bourguignon (trad.), Paris, PUF, 1996, p. 213. *L'homme Moïse et la religion monothéiste* (1939), C. Hein (trad.), Paris, Gallimard, 1989, p. 137. Lacan, J. “La science et la vérité” (1965), in *Écrits*, *op. cit.*, II, pp. 352-353.

¹⁴⁸ Lacan, J. *L'éthique de la psychanalyse* (1959-1960), *op. cit.*, 03.02.60, pp. 155-157. “La science et la vérité” (1965), *op. cit.*, II, pp. 354-355.

¹⁴⁹ Lacan, J. *L'éthique de la psychanalyse* (1959-1960), *op. cit.*, 16.12.59, p. 85; 03.02.60, p. 157.

culpabilidade”¹⁵⁰, o moralista volta-se contra si mesmo ao exigir cruelmente o que não pode cumprir: ao submeter-se a uma vontade que lhe ordena que preencha o seu vazio mediante uma lei objectiva que o nega, mas ao fracassar irremediavelmente perante tal lei “significante” cuja objectividade lhe “escapa” – não sendo percebida senão pela sua “razão puramente prática”, pela sua “vontade” insaciável e sem objecto, autónoma e não heterónoma¹⁵¹. Sem deixar de provocar o desejo culpável de um moralista que não pára de se torturar a si mesmo através da sua própria encarnação como lei, o vazio deve continuar sempre vazio: vazio manifestado em toda a “lei de capricho, de arbitrário, de oráculo”¹⁵²; vazio particularmente manifestado na “lei universal” do imperativo categórico de Kant, lei significativa e vazia de significado¹⁵³ – lei universal e “independente” de “qualquer propriedade” particular dos objectos sensíveis¹⁵⁴. Tal como o objecto “sensível” imaginário a que se substituiu – o da arte e a religião e a ciência –, este objecto “inteligível” simbólico é elevado à dignidade da Coisa. Pretende assim preencher um vazio que não pode senão manifestar¹⁵⁵ – manifestando-o ao “procurar” para o “mundo sensível”, sob a forma “supra-sensível”¹⁵⁶ da “liberdade relativamente ao mundo sensível”¹⁵⁷, uma matéria significativa fantasmática na qual não se comprova senão o vazio de um sujeito que não sabe o que significa a sua liberdade, o que fazer com ela, como preenchê-la.

e) *Filosófica*. O vazio, cuja realidade é aqui reconhecida e aceite, o filósofo haverá de afirmá-lo com a sua acção tecnológica. Em semelhante acção, que resulta de um “conflito de sentimento” essencialmente *melancólico*, o filósofo, “amando” e “odiando” o vazio¹⁵⁸, deverá conseqüentemente absorvê-lo e destruí-lo, preencher-se e preenchê-lo, devorá-lo e digeri-lo. Deverá incorporá-lo assim no seu objecto imaginário de especulação, assimilando-o a ele, deixando que o objecto caia no abismo simbólico “delirante” das palavras abandonadas a si mesmas¹⁵⁹, fundindo-se e confundindo-se com este abismo lógico e significativa da pura elucubração na qual não há nenhuma evidência nem certeza que valha por si mesma, sendo um âmbito caracterizado pela mais absoluta liberdade e pelo total desembaraço na reflexão, pela vulnerabilidade e irresolução das convicções, pelo imperativo de questionamento permanente, pela desconfiança vigilante perante as próprias ideias, pela proscricção de qualquer fanatismo doutrinal, pela carência de princípios dogmáticos incontroversos, pela máxima consideração das argumentações e demonstrações estritamente racionais e pela transitoriedade irremediável de todas as conclusões possíveis. Preenchendo este vazio corrosivo com

¹⁵⁰ Freud, S. “Un enfant est battu” (1919), in *Névrose, psychose et perversion*, *op. cit.*, p. 289.

¹⁵¹ Lacan, J. “Kant avec Sade” (1962), in *Écrits*, *op. cit.*, II, pp. 245-246.

¹⁵² Lacan, J. *L'éthique de la psychanalyse* (1959-1960), *op. cit.*, 23.12.59, p. 89.

¹⁵³ *Ibid.*, 23.12.60, pp. 93-97.

¹⁵⁴ Kant, E. *Fondements de la métaphysique des moeurs* (1785), V. Delbos (trad.), Paris, Le livre de poche, 1993, II, p. 121.

¹⁵⁵ Kant, E. *Critique de la raison pratique* (1788), J. Gibelin (trad.), Paris, Vrin, 1965 I, I, I, p. 56.

¹⁵⁶ *Ibid.*, I, I, I, p. 57.

¹⁵⁷ Kant, E. *Fondements de la métaphysique des moeurs* (1785), *op. cit.*, pp. 135-136.

¹⁵⁸ Freud, S. “Considérations actuelles sur la guerre et sur la mort”, in *Essais de psychanalyse*, Paris, Payot, 1981, p. 32.

¹⁵⁹ Freud, S. *Minutes de la Société Psychanalytique de Vienne*, Paris, Gallimard, 1976, 20.03.07, p. 169. “L'inconscient” (1915), in *Métapsychologie*, *op. cit.*, pp. 120-121.

um objecto que se dissolve e se torna transparente – que não é aí mais do que uma simples aparência que já não pode velar o vazio que enche do seu vazio –, o filósofo, tal como se manifesta na sua interacção comunicante, consegue satisfazer o desejo de penetrar e revelar este vazio da Coisa, chegando com isso a realizar a maior das suas aspirações – ainda que fracassando nesta mesma realização, não podendo penetrar nem revelar *metafisicamente* senão o vazio que se neutraliza *ontologicamente* como vazio: o vazio que se preenche do vazio consistente, *significante*, que nenhum vazio, *infinito*, pode ter como vazio¹⁶⁰.

O nosso ponto de chegada, o da estrutura filosófica da actividade tecno-comunicante, fez-nos regressar logicamente ao nosso ponto de partida, o das exigências que deve satisfazer uma contribuição da psicanálise à filosofia. Estas exigências aparecem, no fim deste nosso breve itinerário, como as regras estruturais que hão-de reger, na nossa opinião, qualquer acção tecnológica e qualquer interacção comunicativa no campo da filosofia. Por azar, do que aqui se trata é de certas regras pelas quais se condena o trabalho reflexivo filosófico à dupla tarefa tristemente crítica, tão destrutiva como auto-destrutiva, de romper o espelho em que se reflecte, ou sobre cuja superfície reflecte, e de suprimir com isso o seu próprio objecto imaginário de reflexão. Uma vez que tal objecto foi suprimido, a filosofia perde totalmente a sua razão de ser. A supressão crítica do objecto, com ou sem o auxílio da psicanálise, pode ser então caracterizada, no seu paralelismo com a melancolia, como um *suicídio metodológico* da filosofia – um procedimento perfeitamente consonante com o método céptico de Kant, o qual, neste ponto, não terá sido apenas levado até às suas últimas consequências, mas sim mais além, obedecendo-lhe até ao extremo de o traír, mas traindo-o somente para lhe ser fiel.

CONCLUSÃO

Se alinhmos as relações do sujeito com o vazio da Coisa e as estruturas psicopatológicas e adaptativas que lhes correspondem, obteremos uma distribuição tripartida em que se traçam, como coordenadas, algumas linhas gerais que deveriam orientar a contribuição da psicanálise à filosofia crítica:

<i>Relações do sujeito com o vazio da Coisa</i>	<i>Estruturas desadaptativas de padecimento anti-social do sujeito perante si mesmo</i>	<i>Estruturas adaptativas de actividade social tecno-comunicante do sujeito perante um objecto sublimado</i>
Repressão	Histérica	Artística
Evitação	Obsessiva	Religiosa
Forclusão	Paranóica	Científica
Negação	Perversa	Moral
Incorporação	Melancólica	Filosófica

Insistamos que se trata sempre do mesmo evidente vazio da Coisa: reprimido artística ou histericamente quando se presume que a Coisa que se ressentido pode ser algo consistente que não o vazio, evitado religiosa ou obsessivamente quando se pro-

¹⁶⁰ Cf. Lévinas, E. *Totalité et infini* (1971), Paris, Kluwer, 2000, pp. 32-39. Juranville, A. *Lacan et la philosophie* (1984), Paris, PUF, 2003, pp. 353-358.

fessa que a Coisa que se venera é algo sagrado que não o vazio, forcluído científica ou paranoicamente quando se prova que a Coisa que se indaga deve ser algo patente que não o vazio, negado moral ou perversamente quando se decreta que a Coisa que se anela não será o vazio que se percebe, incorporado filosófica ou melancolicamente quando se afirma que a Coisa que se questiona é o mesmo vazio que se percebe.

Pormenorizando agora, na distribuição tripartida, a coluna em que são mencionadas as estruturas de actividade social, podemos distinguir, para terminar, a acção tecnológica e a interacção comunicativa em cada uma de tais estruturas, assim como as suas correspondências sintomáticas nas estruturas de padecimento anti-social:

<i>Estrutura</i>	<i>Ação tecnológica (emissão de juízos perante o vazio)</i>	<i>Interacção comunicativa (refutação involuntária dos juízos emitidos perante o vazio)</i>	<i>Correspondência sintomática</i>
Artística	<i>Criação que reprime e rodeia o vazio que lhe dá forma: um vazio aparentemente só possível, cuja necessidade é rejeitada</i>	<i>Expressão do vazio que se havia julgado indefinida e problemáticamente (comunicando que a Cosa podia ser um não-vazio)</i>	Somatização histérica
Religiosa	<i>Transubstanciação que evita e desloca uma e outra vez o vazio: um vazio aparentemente irreal, cuja realidade é rejeitada</i>	<i>Obstinação do vazio que se havia julgado indefinida e assertoricamente (comunicando que a Coisa era um não-vazio)</i>	Repetição obsessiva
Científica	<i>Objectivação que forclui ou exclui da esfera subjectiva o vazio: um vazio aparentemente impossível, cuja mera possibilidade é rejeitada</i>	<i>Projectção do vazio que se havia julgado indefinida e apodicticamente (comunicando que a Coisa devia ser um não-vazio)</i>	Perseguição paranóica
Moral	<i>Legislação que provoca a divisão do sujeito, negando o vazio que percebe: um vazio aparentemente real e irreal, cuja realidade é reconhecida e rejeitada</i>	<i>Assumpção do vazio que se havia julgado negativa e assertoricamente (comunicando que a Coisa não era o vazio)</i>	Fantasmização perversa
Filosófica	<i>Elucubração que afirma, incorpora e assimila o vazio com o qual se acaba por confundir: um vazio aparentemente real, cuja realidade é reconhecida e aceite</i>	<i>Neutralização do vazio que se havia julgado afirmativa e assertoricamente (comunicando que a Coisa era o vazio)</i>	Autodestruição melancólica

Pormenorizando a acção tecnológica e a interacção comunicativa, apercebemo-nos duma circunstância que merece uma grande atenção da nossa parte. Enquanto a emissão dos juízos perante o vazio da Coisa tende a residir na acção tecnológica, a refutação de tais juízos tende a ocorrer na interacção comunicativa. Deste modo, a expressão do vazio, recriado e aberto ante os espectadores – como espaço interno da obra – pela criação artística, refuta a repressão do vazio por esta mesma criação. Da mesma maneira, a obstinação do vazio, exibido reiteradamente perante os fiéis – como falta da presença divina em carne e osso – pela transubstanciação religiosa, refuta a evitação do vazio por esta mesma transubstanciação. O mesmo se pode afirmar das demais formas de sublimação: a projectção do vazio, descoberto colectivamente – como presença da observação no observado – pela objectivação científica, refuta a forclusão do vazio por esta mesma objectivação; a assumpção do vazio, reconhecido em qualquer aplicação concreta intersubjectiva de uma legislação moral abstracta e sem conteúdo algum, refuta a negação do vazio por esta mesma legislação; e até a neutralização do vazio, penetrado metafisicamente – como reconhecimento do essencialmente irreconhecível – e assim colmatado pela elucubração filosófica, refuta, ontologicamente, a afirmação do vazio por esta mesma elucubração.

Apenas esboçada, a vertente realmente crítica da nossa proposta consistirá na exploração das correspondências entre as diversas maneiras de se enfermar, ou de se castigar, e as distintas estratégias para se vigiar ao sublimar. Com esta exploração, teríamos que chegar a denunciar as “ressonâncias”, as coincidências e as afinidades, assim como as dependências mútuas e as vinculações complexas entre as “formas” de psicopatologia e as “criações supremas da nossa cultura”¹⁶¹: entre as formas de padecimento anti-social, das quais nos enfermamos e com as quais nos castigamos, e as criações da actividade social, nas quais sublimamos e com as quais nos vigiamos. Chegaríamos assim, por exemplo, a descrever os modos em que as diferentes correntes filosóficas, em cumplicidade com o poder, terão empregado o potencial melancólico de autodestruição. Penetrando para isso na matriz dos mais íntimos desejos e das mais altas aspirações dos sujeitos, a elucubração filosófica teria incorporado, mediante a sua acção tecnológica, um vazio desejante e aspirante com o qual acabaria por se confundir. Confundida com este vazio, a elucubração, animada por ele e colmatando-o com ela, tê-lo-ia neutralizado na sua interacção comunicante – neutralizando-o em cada caso de maneira diferente, segundo as necessidades e urgências do sistema social, político e ideológico em que se inscreve a nunca inocente nem espontânea elucubração filosófica.

David Pavón Cuéllar
Universidade de Rouen

(Tradução de Clara Morando, a partir do espanhol do México)

¹⁶¹ Freud, S. “Avant-propos à Theodor Reik, Problèmes de psychologie religieuse” (1919), *op. cit.*, p. 213.